

# PROMOVENDO A EQUIDADE DE GÊNERO E O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS) NO IFRJ/PINHEIRAL

*Arthur dos Reis Castolini<sup>1</sup>*

*Leyza Buarque Lucas<sup>2</sup>*

*Amanda Veloso Garcia<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

**T**er como foco em instituições de ensino a temática de gênero e diversidade sexual, assim como a temática racial, se configura como um desafio. Primeiramente, porque tais temáticas são invisibilizadas, de modo que os problemas que emergem neste contexto são tratados como questões comportamentais e individuais, nos quais as vítimas são entendidas como culpadas pelas violências que sofrem, atribuindo, muitas vezes, os desdobramentos da situação de violência estrutural aos seus gestos, falas ou vestimentas. Além disso, questões de gênero e diversidade sexual sequer são vistas como problemas, haja vista que frequentemente são nomeadas como “brincadeiras” ou “mal-entendidos” comuns ao âmbito educacional. No entanto, questões de gênero, raça e classe impactam as experiências pedagógicas, por vezes impedindo o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens.

Um exemplo comum que vivenciamos no cotidiano de trabalho são os casos em que os estudantes não têm seu nome social respeitado por parte dos/as trabalhadores/as da educação, como docentes e técnicos administrativos e educacionais, e, com isso, são produzidos ambientes inadequados para o estudo e, sem dúvida, espaços de promoção das desigualdades de gênero e sexualidade. Da

1 Estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [castelini5432@gmail.com](mailto:castelini5432@gmail.com);

2 Professora orientadora: mestre e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [leyza.lucas@ifrj.edu.br](mailto:leyza.lucas@ifrj.edu.br).

3 Professora doutora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [amanda.garcia@ifrj.edu.br](mailto:amanda.garcia@ifrj.edu.br);

mesma forma, observa-se como o julgamento moral, por parte de equipes educacionais e de gestão de cursos, prejudica o acesso e permanência na educação, por exemplo, de estudantes gestantes, que são constantemente punidas institucionalmente pela dificuldade de manter uma suposta excelência acadêmica, ou melhor, uma ideia de excelência constantemente sustentada por estratégias de avaliação que se ancoram numa lógica conteudista e bancária de educação e que, por sua vez, retroalimenta diferentes processos de exclusão no que tange à garantia do direito à educação. Como afirma Berenice Bento (2011, p. 554), “É como se houvesse um subtexto: ‘quem mandou se comportar assim’”. Essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância. A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade”. Em seus processos de pesquisa, a autora realizou entrevistas com estudantes que relataram ver a escola como um espaço de terror, em decorrência dos desrespeitos que sofrem no espaço escolar (BENTO, 2011).

Nos últimos anos, os temas gênero e diversidade sexual se tornaram alvo preferencial de uma política conservadora e fascista que se utiliza do pânico moral de famílias desinformadas para ganhar eleições, de maneira que docentes que se atentam a tais questões se tornaram alvo de vigilância e denúncias. Num cenário como este, falar sobre gênero e diversidade sexual na escola exige mais do que a vontade, é preciso organização coletiva, como forma de se proteger dos ataques e, ainda, conhecimento das leis, normas, regulamentos e o estudo da temática. Nesse sentido, entendemos que o *Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual* (NUGEDS) se configura como uma política institucional que promove tal espaço e respaldo para ações.

O NUGEDS é constituído a partir de uma política institucional de âmbito federal presente nos *Institutos Federais*. Conforme consta no Art. 1º do seu regulamento,

Os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) são núcleos de estudos de caráter propositivo e consultivo que elaboram, fomentam e promovem ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, em todos os níveis de ensino (formação inicial continuada, médio, técnico, graduação e pós-graduação), garantindo em âmbito institucional a promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação, observando o preceito constitucional da igualdade entre homens e mulheres (Art. 3º e 5º, CF/88), a lei 7716/89 (que criminaliza, além do preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero), as orientações previstas na Lei Maria da Penha (Art. 8º, Lei 11.340/2010), a Convenção

sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher promulgada pelo decreto 89460/84 (Art 10° A, B e C), a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Art 8° A e B) bem como os princípios de Yogyakarta (Princípio 16 B, C e D). (REGULAMENTO, 2019, p. 3)

Haja vista que o Brasil, infelizmente, é um país com altos índices de feminicídio e assassinatos de pessoas LGBTQIAP+, os NUGEDS visam a atuar numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero e de inclusão escolar a partir da diversidade sexual e, para isso, promovemos ações, processos formativos e capacitação profissional, assim como produzimos materiais pedagógicos de orientação educacional em diferentes frentes, tais como o assédio sexual, a violência doméstica e intrafamiliar e a LGBTfobia. Neste sentido, objetivamos atingir o público interno e externo à instituição em um movimento de acolhimento também da comunidade e das famílias para que possamos ampliar a expectativa de evitar a evasão escolar de estudantes por questões de gênero, violência e diversidade sexual. Objetivamos, ainda, reduzir o impacto que possa ter, por exemplo, nas questões de ordem pedagógica assim como em relação aos efeitos na saúde mental dos estudantes eventualmente expostos/as/es às diferentes formas de violência de gênero, acometidos por uma política educacional que não respeita e nem acolhe as diferenças. Neste sentido, trabalhamos por meio de informação, formação e respeito à diversidade sexual. Entendemos que quando a escola se apresenta como incapaz de lidar com as diferenças, “funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 555), já que é o espaço em que crianças e jovens passam a maior parte de seu tempo.

## METODOLOGIA

As atividades do Núcleo se iniciaram em 2019 e, antes mesmo de sua regulamentação oficial, já eram recebidas demandas e denúncias, principalmente assédio e importunação sexuais, oriundas de estudantes da instituição que tinham apoio no âmbito dos coletivos estudantis, se tornando um espaço de acolhimento e para a elaboração coletiva e ação educativa com viés de gênero e diversidade sexual. Nos últimos anos, o IFRJ/Pinheiral vem se deparando com algumas denúncias de assédio sexual, o que aponta para a necessidade de se pensar formas educativas de conscientizar para o problema da desigualdade e violência de gênero, bem como evidenciou a necessidade de ouvir as demandas da comunidade escolar, dentro e fora do campus, pois os relatos também se referem a situações vivenciadas



durante o transporte até à escola e em seus bairros de residência, inclusive em ambiente familiar.

O NUGEDS busca contribuir com o IFRJ/Pinheiral tendo como centralidade os problemas que envolvem a realidade vivenciada que, como afirma Lélia Gonzalez (1988, p. 72), é “muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa”. Considerando que o IFRJ Campus Pinheiral é localizado na antiga fazenda dos Pinheiros, fundada em regime escravocrata, e que pertenceu ao traficante de pessoas escravizadas José Breves, não há como pensar nenhum problema desarticulado das heranças genocidas impostas aos corpos negros e indígenas que habitaram este território. Além de antigo proprietário da fazenda em que hoje está a instituição, José Breves é homenageado pelo nome da rua em que está localizada. Uma educação responsável neste contexto tem a ver com ressignificar esta memória, de maneira que o ensino se volta para a reparação desse passado e das consequências que ele produz no presente. Considerando que os Institutos Federais atuam a partir dos princípios da educação integrada à realidade de cada contexto, neste cenário, o NUGEDS se articula a partir de uma abordagem anticolonial e interseccional.

O NUGEDS do IFRJ/Pinheiral atua em algumas frentes: acolhimento e acompanhamento de denúncias que envolvem assédio sexual e moral relacionado à gênero e identidade sexual; acompanhamento pedagógico a fim de auxiliar na redução da desigualdade de gênero no espaço escolar, inclusive acolhendo jovens mães; formação de estudantes e formação continuada a servidores/as sobre temas que envolvem gênero e diversidade sexual; parcerias com o *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas* (NEABI) do IFRJ/Pinheiral a fim de conscientizar sobre a necessária pluralidade do debate sobre gênero e diversidade sexual; parceria com o coletivo institucional *Mães: criaturas invisíveis*, a fim de acolher demandas provenientes da realidade materna de servidoras e alunas dos campi, conduzir e propor ações, inclusive pedagógicas, para esse público; Grupo de Estudos que dialoga sobre feminismos plurais e questões LGBTQIAPN+ oferecendo espaços de diálogo para toda a comunidade; rodas de conversa, palestras e aulas interdisciplinares abertas sobre gênero e diversidade sexual; elaboração de cartilhas informativas, vídeos e materiais educativos nas redes sociais; parcerias com instituições da região que visam o combate à violência de gênero e diversidade sexual.

Diante da atuação do NUGEDS no IFRJ/Pinheiral, concluímos que para pensar soluções para a desigualdade e violência de gênero é preciso que os problemas saiam da invisibilidade e do silenciamento das instituições e dos currículos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Olhar para a sociedade a partir desta perspectiva de raça, classe e gênero, expressa em uma determinada maneira de compreender o conhecimento, é fundamental em um país como o Brasil que tem altos índices de violações dos direitos humanos em geral. Dessa forma, o NUGEDS visa a cumprir o disposto nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais determinaram que “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar”; e a Lei nº 14.164/2021 que institui a *Semana Escolar de Combate à Violência contra à Mulher* e a presença nos currículos de “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher”.

Como explica Berenice Bento, o gênero é “resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (BENTO, 2011, p. 550-551), o ser homem/mulher é produzido socialmente. Por isso, “A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria “humanidade”. [...] Quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital” (BENTO, 2011, p. 550-551). Quem não se encaixa nessa normatividade pré-estabelecida socialmente, tem a vida marcada por dúvidas, conflitos, medos, dores e riscos. Tais pensamentos fazem com que a pessoa se sinta culpada pelo que é e “a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir” (BENTO, 2011, p. 551), o que, com certeza, impacta na sua vivência escolar. Concordamos com Berenice Bento que:

A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade. A escola é uma das instituições centrais nesse projeto. [...] A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças

a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 554-555)

Nesses anos atuando com olhar sensível para questões de gênero e diversidade sexual, o NUGEDS pode notar algumas situações que reproduzem o sistema sexo-gênero de que fala a autora. A palavra “bullying” diversas vezes cumpre a função de invisibilizar a LGBTfobia, assim como são vistas como “piadas” ou “brincadeiras” falas sobre os corpos das alunas, a sexualidade dos/as estudantes, e até mesmo “passadas de mão” em seus corpos, o que nos direciona a pensarmos juntos a questão do consentimento, mas também da masculinidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste texto, nos conectamos com a proposta de Guacira Lopes Louro (2001), que na busca por uma política pós-identitária para a educação, aponta para as pedagogias queer não como uma discussão sobre identidades, mas como uma análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber, que continuamente molda nossas relações no que diz respeito aos desejos. Assim, o alvo das pedagogias queer é o regime de poder/saber que está assentado na oposição heterossexualidade/homossexualidade. Tal análise vai além de considerar a multiplicidade, fluidez e ambiguidades das identidades sexuais e de gênero, pois “sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2001, p. 550).

Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. [...] Admitir que a ignorância pode ser compreendida como sendo produzida por um tipo particular de conhecimento ou produzida por um modo de conhecer. (LOURO, 2001, p. 550-551).



Assim, “A “reviravolta epistemológica” provocada pela teoria queer transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer” (LOURO, 2001, p. 551). A pedagogia que o NUGEDS busca construir, tal qual a pedagogia queer nos termos propostos por Louro (2001), é provocadora e, do mesmo modo como as identidades e sujeitos/as/es, é inconclusa e incompleta, busca se conectar com aquilo que pulsa no cotidiano escolar, driblando modos e sujeitos ideais que soterram a pluralidade dos modos de ser.

**Palavras-chave:** Gênero, Diversidade Sexual, Educação, Direitos Humanos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à bolsa e o auxílio financeiro concedidos pelo IFRJ para o projeto e à bolsa Jovens Talentos concedida pela FAPERJ.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol. 19 (2), p. 549-559, mai./ago. de, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 176 p.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.